

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
SETOR LITORAL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES SEGUNDO
EXPERIÊNCIAS DO PREASSENTAMENTO RIO PEQUENO, MUNICÍPIO DE
ANTONINA, LITORAL DO PARANÁ**

Artigo apresentado como requisito parcial ao
título de especialista do Curso de Pós-
Graduação em Questão Social na Perspectiva
Interdisciplinar da Universidade Federal do
Paraná - Setor Litoral.

Orientadora: Profa Lucia Helena
Alencastro

Antonina - PR

2012

**ECONOMIA SOLIDARIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
SEGUNDO EXPERIÊNCIAS DO PREASSENTAMENTO RIO PEQUENO,
MUNICÍPIO DE ANTONINA LITORAL DO PARANÁ**

Cleudete dos santos¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a Economia Solidária como possibilidade às dificuldades de desenvolvimento econômico do preassentamento Comunidade Rio Pequeno, município de Antonina, litoral do Paraná. Para aprofundar alguns elementos teóricos e entender o problema desenvolveu-se uma análise da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos até a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como ponto de partida para entender a importância da Economia Solidária dentro dos assentamentos. Nessa mesma perspectiva, buscou-se elucidar o movimento de Economia Solidária no Brasil e as experiências do MST com essa forma de organização do trabalho. Finalmente buscou-se identificar se existem elementos de cooperação e solidariedade no cotidiano da organização do preassentamento selecionado para este estudo de caso. Para tanto se utilizou o método de observação participante que permitiu a visualização de detalhes da vivência comunitária do grupo, assim como indicadores de cooperação, demonstrando forte potencial à organização solidária para o trabalho coletivo.

Palavras chave: Economia Solidária. Trabalho. MST. Cooperação.

ABSTRACT

This work aims to stimulate reflection on the Solidarity Economy as a possible answer to the difficulties of economic development of settlement Community Small River, located in the city of Antonina, Paraná coast. To further understand the problem and make an analysis of the agrarian question in Brazil and its consequences to the genesis of the Movement of Landless Rural Workers as a starting point to understand the importance of the Solidarity Economy within the

¹ Formada em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 2010. Especialista em Catequética pela Faculdade Vicentina de Curitiba. Atuou como Agente de Pastoral no Hospital Nossa Senhora da Luz de 2007 a 2009. E como secretária da Assembléia Popular do Paraná de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. Atualmente ministra aulas de história para jovens do ensino médio no Colégio Lacerda Braga em Curitiba e coordena a Pastoral do Povo em Situação de Rua desde abril de 2012. Contato por email: claumj03@yahoo.com.br

settlements. By the same token, we sought to elucidate the movement for Solidarity Economy in Brazil and the experiences of MST with this type of work, identifying elements of cooperation and solidarity in the daily organization of the camp. The method of observation allowed us to visualize details of the solidarity experiences of the community in study and, subsequently, used as a reference for the debate.

Keywords: Economic Development. Labor. MST. Cooperation.

INTRODUÇÃO

Segundo Bagu (1999), a Economia Solidária vem se desenhando no cenário brasileiro desde o século XIX como alternativa ao modo de produção capitalista, que tem suas bases na acumulação de lucro e exploração do trabalhador e do meio ambiente gerando desigualdade social e a destruição do planeta. Ela surge da resistência da classe trabalhadora organizada em cooperativas e associações, pautada na cooperação, solidariedade e autogestão.

Na mesma perspectiva de enfrentamento à expropriação do direito ao trabalho, Ri (1999, p 85), afirma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra emerge de movimentos sociais do campo e se consolida em meio à ditadura militar, com o objetivo de pressionar o poder público para que faça reforma agrária e elabore políticas públicas que garantam a qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

Com o avanço político o movimento desenvolveu um nível mais operacional, propositivo, articulado com políticas públicas que atendam às demandas específicas desta realidade. O referido movimento dá início a debates, seminários e audiências públicas² com a participação de grande número de camponeses, ONGs, estudantes, federações, sindicatos e a

² Em 22 de junho de 2011, durante a 10ª Jornada de Agroecologia, na Câmara Municipal de Londrina, PR, aconteceu audiência pública sobre “Os impactos sociais e ambientais do uso de agrotóxicos e a questão do código florestal.” Disponível em: <http://jornadaagroecologia.blogspot.com.br/> acesso em 24/03/2012.

sociedade civil com o objetivo de traçar metas para a construção de um projeto popular soberano para a agricultura. (Jornada de Agroecologia, 2011).

Considera-se a relevância do tema no aspecto teórico pelo momento histórico em que se vive, onde o capitalismo alcançou o auge, deixando para trás um rastro de milhares de excluídos do mercado de trabalho. Também se torna um referencial importante na medida em que considera o meio ambiente em desequilíbrio pela exploração do capital e busca alternativas para o manejo sustentável do solo e dos recursos naturais.

Apresenta-se importante a reflexão em torno da Economia Solidária no sentido de resgatar valores humanizados de trabalho com relações mais fraternas, promovendo o sentimento de companheirismo em contraponto ao modelo capitalista que entende o trabalhador apenas como força de trabalho individual, promovendo a competição com o objetivo de destruir a força coletiva e possível organização de classe.

A pesquisacom base em novas relações de trabalho pode apontar para novos modelos de desenvolvimento. Dessa forma o presente tema se torna relevante no sentido operacional, onde se discute a possibilidade de organização de trabalho no sentido lateral, sem hierarquias, onde cada um é sujeito de sua história e ajuda a construir a história do trabalho coletivo participando dos resultados e discutindo novas possibilidades para o grupo.

Essas reflexões podem contribuir com a sociedade que precisa buscar as raízes da desigualdade social desenvolvendo a consciência crítica ao modelo econômico vigente e buscando alternativas a ele. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo central estimular a reflexão sobre a Economia Solidária como possibilidade às dificuldades de desenvolvimento econômico do preassentamento³ Rio Pequeno, município de Antonina, litoral do Paraná, em que a cooperação, solidariedade e autogestão são as bases das relações de trabalho e renda, as quais constituem o marco conceitual da Economia Solidária.

³ Preassentamento se refere ao período entre a ocupação e a posse legal da terra. (JUSTO, 2008 apud OLIVEIRA, 2007, p. 28).

Acampamento se refere à ocupação da terra, uma das formas de luta do MST, quando o poder público ainda não reconheceu o direito de permanecer nela. Nesse período as famílias constroem barracos de lona preta e entram com o pedido de reforma agrária.

Assentamento refere área destinada e regularizada, dividida em lotes, em que o morador tenha o documento de posse da terra. (SOUZA, 2008, p. 134).

Para tanto, buscou-se contextualizar a questão agrária como ponto de partida para entender a gênese do MST e seus desdobramentos na história da luta camponesa por reforma agrária e vida digna, buscando estratégias diferenciadas de resistência ao modelo econômico vigente. (RI, 1999, p.81).

Seguindo nesta perspectiva de análise, elucidar o movimento de Economia Solidária no Brasil, para entender o caminho percorrido pelos movimentos sociais e a classe trabalhadora em busca de alternativas para o desemprego, exclusão social e dificuldade de acesso ao conhecimento e tecnologias.

Assim sendo, busca-se identificar e apreender as experiências do MST com Economia Solidária para entender as relações estabelecidas entre os militantes e o modo de produção adotado para superar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento econômico dos assentamentos.

Na mesma perspectiva, procura-se analisar, se existem elementos de cooperação e solidariedade na organização cotidiana da Comunidade Rio Pequeno, compreendendo estes como princípios da Economia Solidária e, por consequência, indicadores de certo potencial ao trabalho cooperativo.

A partir da análise de dados, pretende-se promover o debate sobre a organização coletiva para o trabalho em diálogo com o marco conceitual da Economia Solidária para refletir se realmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pratica essa forma de organização do trabalho e se contribui para alavancar o desenvolvimento econômico da comunidade escolhida para este estudo.

A pesquisa é de cunho qualitativo, pois se entende que os aspectos buscados são subjetivos, pois se constituem no cotidiano organizativo da comunidade sob diferentes roupagens e nuances.

O método utilizado é o da observação participante, que, segundo Haguette (1997, p. 67), é uma maneira de ver o mundo através dos olhos dos pesquisados. Para a referida autora a sociologia – em sua vertente interacionista – busca o sentido das coisas porque acredita que toda organização societal está assentada nos “sentidos”, nas “definições” e nas “ações” que o grupo observado elabora ao longo do processo “de interação simbólica” do dia a dia. Nesse contexto a pesquisa participante se desenvolve

e capta nos acontecimentos cotidianos, nas conversas e discussões os elementos buscados para refletir sobre o problema que é objeto da pesquisa.

Segundo Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz⁴ citados por Haguette (1997, p. 69), em suas definições clássicas de observação participante, concebem-na não só como instrumento de captação de dados, mas, também, como instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, mudança social.

Trata-se de um estudo de caso observacional, em que, segundo Triviños (1987, p. 109), os dados são coletados a partir de observações participantes, onde o objeto é analisado profundamente permitindo o conhecimento dos processos e relações sociais, revelando a multiplicidade de aspectos global presentes em uma dada situação.

A escolha da Comunidade Rio Pequeno se deu tendo em vista a participação da autora desta pesquisa acadêmica na elaboração do projeto “Cozinha comunitária”, do qual participam dez pessoas na confecção de doces, compotas e bolos entre outros alimentos com a intenção de fornecer a merenda escolar através do PAA⁵. Esse projeto está em fase de implantação e envolve diversas reuniões e planejamentos, que permitiu a participação da pesquisadora em debates e momentos de formação política com visitas mensais realizadas de fevereiro a agosto de 2011, onde permanecia até três dias hospedada em casas de famílias da comunidade podendo desenvolver a pesquisa informalmente captando elementos da vivência cotidiana sem constranger os moradores.

⁴ SCWARTZ, Morris S.; SCWARTZ, Charlotte G.; Problems in Participant Observation. In: G. J. McCall e J. C. Simmons (org.). Issues in Participant Observation, a text and Reader. Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1969, p. 89-104.

⁵ Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo artigo 19 da lei 10.696/2003 tem como objetivo promover o acesso a alimentos à populações em situação de insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa> acesso em 10/04/2012.

I. REVISÃO DE LITERATURA

2.1A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Para o desenvolvimento do estudo proposto será utilizada a Cartilha Plebiscito Popular (2010), desenvolvida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a partir de literatura da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Caderno de Direitos Humanos 2008. A cartilha foi publicada pelo Fórum Nacional de Justiça no Campo em 2010 e serviu de base para o plebiscito popular pelo “Limite da Propriedade da Terra”, que aconteceu de agosto a novembro do mesmo ano e colheu mais de um milhão de assinaturas as quais foram enviadas para o Congresso Nacional em nome do povo brasileiro.

A concentração de terras no Brasil remonta à época do descobrimento, quando os portugueses aqui aportaram e se declararam senhores de tudo, desconhecendo as populações que existiam. Esta concentração perdura até os dias de hoje conforme revelam os dados do último Censo Agropecuário do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006. Quase 50% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm menos de 10 hectares e ocupam somente 2,36% da área. Na outra ponta do espectro fundiário, menos de 1% dos estabelecimentos rurais (46.911), tem área acima de mil hectares cada, e ocupam 44% das terras. (CNBB, 2010, p.8).

Historicamente, sabe-se que desde a colonização brasileira o modelo de produção se assenta sobre a espoliação dos povos nativos e trabalho escravo e que esse modelo econômico sempre gerou conflitos sociais entre os grandes proprietários, as populações rurais e o Estado.

Começou com o Regime das Sesmarias que vigorou até 1822, quando o domínio das terras era da Coroa e o direito de posse era concedido ao donatário ou sesmeiros. Nas sesmarias viviam numerosas e desconhecidas populações indígenas que o sesmeiro podia escravizar ou submeter.

A legislação das sesmarias proibia a acupação das terras fora dos seus marcos, entretanto as elites se apossaram ilegalmente de vastas extensões de terras fora de suas concessões. A apropriação privada ilegal das terras brasileiras está na raiz do processo histórico da formação territorial do país.

A partir de 1822, o direito de propriedade se exercitou pelo domínio de fato dos coronéis do primeiro império, herdeiros de possessões territoriais legais e ilegais. (CNBB, 2010, p.08).

Esse tipo de ocupação acontece nos dias de hoje e se caracteriza pela grilagem, onde o coronel falsifica o documento da terra e expulsa famílias inteiras que acabam indo habitar as periferias das grandes cidades:

A Lei das terras de 1850 estabeleceu o direito absoluto da propriedade da terra adquirida ou comprada (...). A Lei instituiu também o conceito de terras devolutas que são terras de domínio público – a esmagadora maioria do território – que deveriam servir para a viabilização da imigração estrangeira. Foi nas áreas de terras públicas devolutas, sem qualquer controle coercitivo estatal, que se imiscuiu o tão conhecido instituto da “grilagem” de terras. Esta é, até hoje, a grande alavanca que, na prática, privatiza terras públicas à margem de qualquer consideração sobre os direitos dos povos e comunidades ali estabelecidas. (CNBB, 2010, p.09).

De acordo com a Cartilha da CNBB, mesmo tendo garantido pela legislação de 1964, que as terras que não cumprem sua função social⁶ sejam desapropriadas e destinadas à reforma agrária e mesmo sendo assumido esse princípio pela constituição de 1988, o Brasil continua longe de concretizar este projeto. (CNBB, 2010, p. 09).

Segundo dados do IBGE citados por Mendonça: Merlino (2010), em 1890 o Brasil possuía 14 milhões de habitantes e apenas 6,8% vivia nas cidades. Até 2002 esse número sobe para mais de 80%, com mais de 50 milhões de pessoas vivendo nas cidades.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, citada por Mendonça; Merlino (2010, p. 53), de 1985 a 2009 houve 1.163 de assassinatos no campo. Desses, somente 85 foram a julgamento, 20 mandantes foram condenados e 71 executores. Mas desses 20 mandantes somente um se encontra cumprindo pena. Ainda na perspectiva da violência no campo, conta-se que desde 1995, quando foi criado o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho para fiscalizar as denúncias de trabalho escravo foram libertados 33.789 trabalhadores. Na maioria dos casos em fazendas de cana de açúcar.

⁶ 1 – Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Artigo 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente segundo grau e critérios estabelecidos nesta lei os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores; Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei8629.htm>, consultado em 25/03/2012.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, citado por Mendonça; Merlino (2010, p. 53), constatou-se que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% de trigo, 58% leite, 59% suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos. Importante dizer que boa parte dessa produção se faz nos assentamentos da Reforma Agrária e que o campo garante trabalho para 12 milhões de pessoas.

Sendo assim, deduz-se que, a reforma agrária, como forma de democratizar o acesso a terras e política pública, é urgente e necessária para a construção de um modelo de desenvolvimento justo, diminuindo a desigualdade social e promovendo a dignidade e o reconhecimento da importância do trabalhador do campo.

2.2A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A GÊNESE DO MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

Para melhor entender o propósito deste estudo, analisaremos a seguir alguns dados históricos relacionados à questão agrária e seus efeitos na sociedade brasileira.

Você sabia que em pleno século XXI, um em cada seis habitantes do planeta passa fome? Segundo as últimas estatísticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), pela primeira vez na história, a humanidade ultrapassou a barreira de um bilhão de pessoas que passam fome no mundo. E é a desigualdade social a grande responsável pela má distribuição de renda que gera a fome no Brasil e no mundo.

E uma das principais causas das desigualdades é a concentração fundiária. Enquanto muita terra está nas mãos de poucos, no Brasil existem mais de quatro milhões de famílias sem terra para poder viver com dignidade. (CNBB, 2010, p. 14).

A questão agrária remonta às Capitâneas Hereditárias utilizadas como estratégia para se defender dos invasores e criou uma ferramenta para fortalecer o vínculo entre os latifundiários e a monarquia. Quando D Pedro I proclamou a independência fortaleceu ainda mais esses vínculos, pois, isso só aconteceu porque ele queria o poder (passou a ser imperador) e contou com o

apoio dos donatários das Capitâneas Hereditárias. Estava criada a elite dos “latifundiários”, que iriam se perpetuar no poder.

A primeira Assembléia Constituinte, segundo Vicentino (2003, p. 221) foi composta pelos mesmos latifundiários. Dez deputados escolhidos por D Pedro I para escrever a Constituição do Brasil e que o fizeram de acordo com seus interesses.

Contudo o povo brasileiro nunca se calou e a história de Canudos é um exemplo, aonde Antonio Conselheiro, segundo Lopes; Mota (2008, p. 606), chegou a Canudos em junho de 1843 em busca de um lugar para construir o Reino dos Céus⁷ juntamente com o povo oprimido e fundou Belo Monte. Um lugar sem planejamento, mas que cresceu muito. Ali havia duas escolas onde as crianças aprendiam de dia e os adultos à noite. Não havia crimes nem prostitutas, não se vendia bebida alcoólica. Esse grupo acabou sendo exterminados alguns anos depois pelo exército brasileiro reafirmando o poder da elite, da Igreja e do Estado.

Após os anos 1950, vários movimentos sociais do campo reivindicaram reforma agrária em praticamente todas as regiões brasileiras. No sul, tais movimentos ampliaram-se em função dos conflitos entre os posseiros e grileiros e entre os trabalhadores que habitavam na região que foi alagada com a construção da hidrelétrica de Itaipu no Paraná. (CORTES; SOUZA, 2005, p. 83).

Ri (1999, p. 20), afirma que nos anos 80, em meio ao grande número de desemprego nas cidades e as dificuldades de sobrevivência das populações rurais, juntamente com a rearticulação dos movimentos representante dos trabalhadores na luta contra a ditadura voltam a discutir a reforma agrária, culminando em um dos desdobramentos que foi a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que veio marcado pelas pressões políticas e ocupações de terra

O MST gradativamente se tornou um dos movimentos mais respeitados e organizados do país com objetivos claros: “transformar a ordem social

⁷ A esses movimentos, que aconteceram pelo país inteiro, denominou-se *messianismo*, por serem liderados por beatos que acreditavam estar construindo o Reino de Deus.

capitalista e instaurar o socialismo”. (Ri, 1999, p. 21). Suas principais referências teóricas são: Lênin, Marx e Che Guevara.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Segundo Bocayuva (2007, p.11), a gênese da Economia Solidária se dá na primeira metade do século XX, como resultado das transformações sociais e econômicas da Inglaterra e França como resistência da classe trabalhadora ao modo de produção capitalista, com organizações cooperativas e associativas. Para Gohn (2003, p. 85), esse modo de organização, orientado pela cooperação, solidariedade e autogestão brota do povo que aparece como novo sujeito histórico.

A característica da década de 1980 foi o surgimento dos movimentos sociais como resistência ao regime militar na luta pela democratização do país. Ao final dessa mesma década surgiram experiências chamadas de Economia Solidária em função da mobilização da sociedade civil em busca de alternativas a pobreza e desemprego estrutural devido à abertura de mercados e falência de inúmeras organizações nacionais. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 83).

Com o avanço do neoliberalismo, segundo RI, (1999), a classe trabalhadora do Brasil e América Latina vai às ruas, visto que os governantes preferem investir em exportação e privatização de grandes empresas. Nesta perspectiva a década de 1990 foi marcada por organizações de grupos com o objetivo de lutar por seus direitos ao trabalho e uma vida digna, baseada nos pressupostos da autogestão e começam a surgir os “novos sujeitos da economia social”. E em 2001, aconteceu em Porto Alegre o I Fórum Social Mundial. A Economia Solidária nascida de pequenas experiências em periferias, agora começa a assumir seu papel de movimento internacional, apresentando-se como importante estratégia de articulação junto ao poder público para atender às demandas sociais crescentes. E como resultado desse processo, em junho de 2003, durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária cria-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES⁸), a

⁸Em junho de 2003 realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

No empreendimento solidário as decisões são tomadas de forma coletiva. Trata-se da construção de relações econômicas e humanas baseadas no respeito à pessoa, ao saber socialmente constituído e à criatividade humana.

Conforme Tauile, 2004, p. 152, os empreendimentos autogestionários e com características próprias, mesmo com diversidade de pensamento e diferença no tratamento a temas comuns devem ser reconhecidos como um conjunto para elaboração de um marco legal que contemple esse público.

2.3 ORGANIZAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DO MST A PARTIR DO MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo a Carta de Princípios de Economia Solidária divulgada em 24 de novembro de 2010:

Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (Carta de Princípios de Economia Solidária, 2010, p.1).

Esta proposta de uma nova economia voltada para a satisfação de cada um tem como princípios a valorização do trabalho e do trabalhador, o reconhecimento da importância da mulher, os valores da cooperação e da solidariedade.

Conforme Arruda (2003, p. 239-240), apresentou-se nas últimas décadas como nova proposta, a colaboração solidária no campo da economia em diversos países da América do Sul e Europa, tendo como principais eixos o cooperativismo, a autogestão de empresas pelos trabalhadores. Destacam-se Coalizão Rural de trabalhadores Rurais e Povos Indígenas do México e EUA, Movimento pela Globalização da Solidariedade. Diversos governos da América Latina e outros apóiam e criam Ministérios, reconhece em suas legislações esse setor ao lado dos setores estatal e privado de sua economia.

As dificuldades para produzir e comercializar alimentos levou o MST a buscar respostas na organização coletiva dos trabalhadores. No período de 1980 a 1989 surgem as associações e os grupos coletivos. De 1989 a 1992, o MST cria O Sistema Cooperativista de Assentados e em 1992 organiza a CONCRAB⁹ à revelia do sistema vigente de Organização de Cooperativas do Brasil, a OCB. Mesmo assim as cooperativas da CONCRAB são regulamentadas pela Associação Cooperativista Brasileira que apresenta pontos em comum com a Aliança Cooperativa Internacional. (Ri, 1999, p.21).

A CONCRAB tem como objetivo criar um sistema cooperativo alternativo ao modelo econômico capitalista com outras bases e valores. Sua meta política é de preservar a influência político ideológica sobre as cooperativas promovendo a formação de militantes para o movimento e no campo econômico gerar renda garantindo a permanência do associado na terra através da organização de formas cooperativas de produção. (RI, 1999, p. 22).

Na busca do contraponto ao capitalismo e atender aos objetivos do MST, a Confederação cria novas instâncias de representação que contemplem os níveis básicos e intermediários da administração das mesmas, descentralizando as instâncias de poder e alterando a visão de divisão e regime de trabalho do sistema capitalista. (RI, 1999, p. 22).

Essas alterações vão sendo incluídas em seus documentos e alocações e assim vai se delineando e denominando o trabalho como autogestão que é base da Economia Solidária.

Uma das estratégias da CONCRAB é a formação, que busca a atender os desejos de jovens Sem Terra, com seus anseios de formação acadêmica e cooperativa, mas que cumpra com os objetivos e características do MST com suas diversas particularidades. Dessa demanda formulou-se um projeto de educação e a criação de escola de formação para professores, reconhecida pelas autoridades, organizada segundo os princípios cooperativos, onde os alunos praticam a autogestão orientada pela conjunção do trabalho cooperativo com o estudo. (RI, 1999, p. 23).

Dessa cooperação, dos encontros freqüentes, das conversas e planejamentos se constrói relações de companheirismo, de linguagens comuns de projetos de vida, construção do trabalho coletivo baseado na valorização do

⁹ Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil.

trabalhador, na satisfação plena das necessidades de todos, na busca de relação respeitosa com a natureza, nos valores de cooperação e solidariedade, na democratização das relações de trabalho com base na autogestão. E isso caracteriza o marco conceitual de economia solidária.

A cooperação agrícola é a introdução na agricultura dessa divisão social do trabalho de forma cooperada... Então a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar as máquinas, comprar matrizes e animais, produzir uma lavoura em conjunto. Para comercializar os produtos também fica mais fácil. (MST, 1993, p.8).

O autor afirma que o MST utiliza esse tipo de organização como instrumento pedagógico, e que o movimento considera essa estrutura essencial para a luta política, econômica e social. Nos assentamentos do MST do Paraná, o lote é individual embora a estrutura seja a descrita acima.

A cooperativa produtiva é elemento chave em nossa estratégia, pois, combinados com outros aspectos (...) poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como, permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que esses se insiram na luta política em curso. (MST, 2006, p. 7)

A economia Solidária é entendida pelo MST como estratégia para o florescimento da consciência social, que pode gerar condições para o militante se inserir na luta política.

Exemplo disso é a CEAGRO¹⁰, primeiro centro-escola de formação do MST no Paraná, onde se desenvolve Cursos Técnicos em Agropecuária com ênfase em Agroecologia em parcerias com UFPR (Universidade Federal do Paraná), que desenvolve projetos sobre meio ambiente a fim de proporcionar uma discussão nos assentamentos e desenvolver práticas concretas que venham servir de modelo tecnológico cooperativo para as famílias e pequenos agricultores da região. (MST, 2006, p. 5).

¹⁰ Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente.

Dentro ainda desta perspectiva econômica e a nível local, podemos citar a Escola Latino Americana de Agroecologia, inaugurada em 27 de agosto de 2005, no município da Lapa, PR, a 70 Km de Curitiba com a proposta de defender a soberania alimentar, as sementes crioulas e promover o intercâmbio entre os camponeses da América Latina. A referida escola, dirigida por camponeses, teve como parceria: Governo da Venezuela, Governo do Estado do Paraná, Via Campesina Internacional, MST e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O protocolo de intenções do projeto foi assinado em janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial (FSM) (ENGELMANN, 2005, p. 140).

A Escola Latinoamericana (ELAA) e a CEAGRO são exemplos de escolas com propostas de formação cooperativa para camponeses trabalhadores do MST e outros movimentos sociais que lutam pela democratização do trabalho com a perspectiva do cuidado com o meio ambiente baseado no manejo sustentável.

Nessa mesma perspectiva deve-se citar a Escola Nacional Florestan Fernandes, ENFF, situada em Guararema, São Paulo, “como símbolo do processo de expansão política e da escolarização promovida pelo MST ao longo de sua existência social, atingindo 23 estados do país em que desenvolve seu trabalho político-organizativo. (TEIXEIRA; SILVA, 2007, p 120)

Os autores, Teixeira; Silva (2007, p. 117), afirmam que essa construção aconteceu apoiada por organismos nacionais e internacionais como União Européia, Canadá e Estados Unidos através da ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) como requerente do projeto de construção da primeira etapa de 2000 a 2004, adotando o trabalho voluntário, durante 60 dias para cada trabalhador, como metodologia, tendo como justificativa que a escola estava sendo construída para eles próprios e para a geração de futuros trabalhadores. Essa discussão buscava fortalecer o sentido pedagógico do trabalho em contraponto ao sentido do trabalho como mercadoria. A referida escola atualmente conta com mais de oitenta parcerias com universidades públicas, com cursos de extensão, graduação e pósgraduação, em várias áreas do conhecimento envolvendo milhares de militantes sociais, professores, alunos e funcionários das Universidades.

III A COMUNIDADE RIO PEQUENO – COTIDIANO E ORGANIZAÇÃO DO PREASSENTAMENTO

3.1 A Comunidade Rio Pequeno

Contam as lideranças do local que a Comunidade Rio Pequeno é um preassentamento da reforma agrária surgida da necessidade de famílias da região que estavam sendo expulsas de suas terras pelos fazendeiros e criadores de búfalos, e que essa região já é habitada há mais de cem anos por comunidades tradicionais, quilombolas e caiçaras. Sendo assim, ninguém tinha título das terras nem cercas. Os búfalos destruíam as plantações e as famílias foram se mudando. Ficaram apenas quatro famílias na ocasião.

Os moradores que ficaram procuraram a ajuda da “Terra de Direitos”, em Curitiba, uma Organização Não Governamental, que cuida de questões semelhantes na cidade. Os moradores de Rio Pequeno foram apresentados ao MST, onde participaram de formações e aprenderam a se organizar para reivindicar seus direitos. Começaram a investigar as ações do fazendeiro e acabaram descobrindo que ele derrubava mata nativa para comercializar e que, desviou o curso do rio causando assoreamento e modificação da paisagem por mais de 30 quilômetros. Com base nesses dados, os militantes do MST reuniram um grupo de famílias e fizeram a ocupação da fazenda apresentando posteriormente a reivindicação de reforma agrária, que se transformou em luta e dura mais de dez anos.

Ao todo, atualmente, somam vinte e cinco famílias de pequenos agricultores associados que vivem da extração de sistemas agroflorestal tendo como uma das linhas de produção o cultivo de banana para produção de balas e doces e banana desidratada; a mandioca da qual se faz a farinha; cana para fazer melado, cachaça e outros. Além de produzir alimentos para sua subsistência, como arroz, feijão, mandioca, hortaliças e alguns tipos de frutas como laranja, banana, goiaba e víveres.

A comunidade está localizada a 37 quilômetros do município de Antonina, dos quais sete são de estrada de chão. O posto de saúde da região funciona uma vez por semana no período da tarde. As crianças de seis a doze anos, sendo cinco meninos e sete meninas, estudam fora da comunidade pela falta de profissional qualificado para organizar escola interna com características pedagógicas e ideológicas do MST.

Os trabalhadores se dividiram em três grupos de dez pessoas, homens e mulheres, que se revezam no trabalho da roça feito em local comum de 40 hectares definido em reunião para o trabalho coletivo. Cada grupo trabalha no espaço coletivo três vezes por semana das 7 horas da manhã até às 16 horas com intervalo de duas horas para almoço e descanso. Cada família tem um pequeno lote individual onde planta para o consumo familiar em outros dias da semana.

Segundo o estatuto da Associação (2004, p 3-4), a FTEMA¹¹ procura desenvolver projetos de sustentabilidade para o uso e ocupação do solo com ênfase na produção de mudas para recuperação de mata ciliar, plantas medicinais, apicultura, piscicultura e manejo florestal. Coloca-se como objetivo desenvolver projetos sociais que possam beneficiar a comunidade na área da saúde, educação, organização popular e associativismo. Como fundamento ideológico está a promoção da justiça social e o uso comum da terra e dos recursos naturais como meio de trabalho, integrando o humano ao desenvolvimento e sustentabilidade ambiental da Mata Atlântica. Desse modo o humano passa a fazer parte da biodiversidade.

As reuniões da comunidade para o planejamento acontecem aos sábados pela manhã onde participa um membro de cada família. As conclusões tiradas são anotadas em ata e assinada por todos e todas. Quando os assuntos discutidos não são em nível local, as conclusões são encaminhadas pela coordenação ao representante estadual, que, apenas como tarefa, encaminhará às instâncias competentes. Nesse dia as refeições são feitas no local da reunião com os participantes, familiares e visitantes. Para esse almoço cada família traz um tipo de alimento que será preparado por uma equipe de duas pessoas voluntárias. Aproveita-se o momento para festejar o

¹¹ Filhos da Terra em Equilíbrio com a Mata Atlântica.

aniversário de quem completa nos nesse mês. Outro momento de solidariedade são os mutirões para construção de casa, barracão, conserto de telhado, pescarias ou jogo de futebol.

As festas da comunidade, como o dia do agricultor são um importante momento de confraternização e de partilha. Aproveita-se essa data para fazer bingos e arrecadar fundos para a associação, promover bailes com música ao vivo. Às vezes convida-se um grupo para tocar, mas pode ser a banda dali mesmo, composta de um violeiro, um sanfoneiro e um cantor. As músicas são sertaneja “raiz”. Os mais idosos se emocionam ao ouvir “Cafezal em flor”.

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é organizado um encontro pelas mulheres e apoiado pelos homens. Visto como dia de reivindicações, esse encontro dura três dias, culminando com uma marcha de homens e mulheres onde são entoados cantos que destacam o protagonismo das mulheres, a importância do cultivo sem agrotóxicos relacionando a fertilidade da terra com a fertilidade da mulher e a importância da preservação de ambas para o desenvolvimento de uma sociedade saudável. Para esses três dias de evento são convidados outros movimentos sociais, sociedade civil e entidades. O evento acontece em cidades onde a CPT, através do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho localiza indícios de trabalho escravo, grandes extensões de monocultura, uso indiscriminado de agrotóxico ou outras atividades que ferem os direitos humanos ou do meio ambiente. O objetivo é chamar a atenção da população e da grande mídia com repercussão internacional.

As jornadas de agroecologia acontecem anualmente desde 2003 e reúnem cerca de quatro mil trabalhadores do campo, ONGs, estudantes e pesquisadores para troca de experiências e a consolidação do modelo agroecológico de produção de alimentos. No evento acontecem seminários, plenárias, oficinas, apresentações culturais e feiras de produtos da reforma agrária. Esse é um momento político onde participam representantes do poder público, lideranças de partidos e sindicatos, ambientalista e outros.

O uso coletivo das ferramentas, das sementes, o lugar comum para a plantação, o uso do trator, dos espaços da comunidade, do computador, presentes em Rio Pequeno, não são comuns a todos os espaços do MST.

A organização interna da comunidade tem como base os princípios do movimento nacional definido no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

Construir uma sociedade sem exploradores e que o trabalho tenha supremacia sobre o capital; a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos/as, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; difundir os valores humanistas e socialistas (...); combater todas as formas de discriminação social e buscar participação igualitária da mulher. (FERNANDES, 1998, p. 40)

As metas políticas e econômicas de curto, médio e longo prazo são discutidas no local, e encaminhadas para a reunião de coordenação. Os coordenadores traçam metas comuns para o movimento no Estado, que se alinham com as metas do movimento nacional.

A mística é a maneira que o movimento encontrou para avivar os aspectos ideológicos da luta de classes. Geralmente desenvolvida em torno de valores éticos, políticos, o comportamento pessoal e a coerência política, histórica e moral. Os símbolos desempenham o papel de guia: bandeira, palavras de ordem e o hino cantado com os punhos fechados representando a desobediência à ordem estabelecida. É parte real, mas quer estabelecer a nova ordem: essa é a parte espiritual.

3.2 Cotidiano e Organização do Preassentamento da Comunidade do Rio Pequeno

Com base nas discussões apresentados, pode-se observar que a questão agrária é gênese da Questão Social no Brasil e que desde sua origem contou com o apoio do poder público.

A Economia Solidária se apresenta como uma evolução das cooperativas, com novas relações de trabalho e renda, pois, o trabalho cooperativo existe no Brasil desde o século XVIII.

Na Comunidade Rio Pequeno ficam explícitos alguns elementos de cooperação que são o marco referencial da Economia Solidária. Desde a

partilha da terra, onde o trabalho é desenvolvido em espaço comum, até o cotidiano marcado pelas relações fraternas e solidárias vividas nas festas, nas reuniões, nos mutirões de trabalho, nos jogos de futebol e pescaria.

Como exemplo pode-se destacar o vizinho que assa o pão para uma assentada que não tem forno e precisa de pão para suas crianças, de oito e três anos. Também a forma de comemoração dos aniversários chama especial atenção. O acordo na hora de preparar a festa é que cada uma das mulheres participa providenciando um tipo de alimento para que nada falte.

O uso comunitário do computador também demonstra fortes indícios de solidariedade. Uma assentada faz pedagogia e precisa elaborar textos, outra estuda na escola da cidade e vai com a liderança do grupo e volta com ele. A Parati que o coordenador usa foi comprada pelo MST e deve ser de uso comum.

As visitas ao médico acontecem quando alguém vai de carro para Antonina ou Curitiba. Quando chegam parentes, amigos ou militantes se hospedam nas casas das famílias, são recebidos com almoço e participam das festas da comunidade.

O cultivo da terra é feito numa área de 40 hectares decidida em reunião que seria o local de cultivo coletivo, sendo que cada um tem um pedaço de terra para a sua subsistência. E a entrega de produtos para a CONAB¹² é feita pelo mesmo caminhão e quem tem carteira de motorista dirige, o agrônomo participa desse momento. Toda a venda dos produtos para a CONAB é feita no coletivo, pois, no projeto já consta o número de famílias que participam, mas sendo hortaliças são produzidas individualmente em cada lote.

Os equipamentos são de uso coletivo como trator, insumos, sementes, mas somente para o cultivo coletivo. Para o cultivo individual é de responsabilidade de cada um.

Também existe um viveiro que tem dois mil metros de extensão, onde são plantadas as mudas para recuperação da mata ciliar e o plantio da pupunha¹³ pelo método de agrofloresta, onde as duas são plantadas juntas.

¹² Companhia Nacional de Abastecimento.

¹³ A pupunha substitui o palmito na comercialização. O sabor é muito parecido, de fácil manejo e não está em extinção.

No tempo certo, derruba-se apenas a pupunha, cultivando a planta nativa. O resultado da venda é dividido entre as famílias porque é cultivado no coletivo.

Os projetos desenvolvidos em parceria com ADEMADAM¹⁴ e COOPERAFLORESTA¹⁵ possibilitaram a construção do viveiro para cultivar mudas, compra do trator, acompanhamento do agrônomo, compra de sementes, aquisição da moto para a liderança, compra de equipamentos para o trabalho, equipamentos para o escritório e contratação de técnico. A compra do caminhão é resultado de parceria com partido político e a cozinha comunitária é resultados de projeto da FTEMA. É importante ressaltar que as famílias já se conheciam antes da decisão de formar a comunidade e isso facilita as relações, porém, as famílias que chegaram depois tiveram dificuldades e algumas desistiram.

No entanto, além dos aspectos positivos evidenciaram-se algumas questões que denotam certas dificuldades que a comunidade apresenta, entre estas podem ser destacadas:

- Sugere-se que traços machistas ainda persistem nas relações, pois a mulher participa de todas as atividades inclusive das equipes que se revezam indo para a roça, mas o companheiro parece que não participa dos afazeres domésticos gerando uma sobrecarga de trabalho para a mulher. Ela não reivindica mudanças de comportamento em casa nem em atividades coletivas e ainda faz artesanato para vender na feira.
- Quando aprovado o projeto de cozinha comunitária pela ELETROSUL¹⁶, tendo recebido orientação dos procedimentos houve dificuldades no encaminhamento dos formulários já preenchidos para a entidade.
- Mesmo com os princípios do MST de descentralizar os debates e decisões a organização interna parece encontrar algumas dificuldades em colocar em prática.

¹⁴ Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina.

¹⁵ Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis.

¹⁶ A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº. 64.395, de 23/04/1969. É uma sociedade de economia mista de capital fechado, e atua nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

- Observa-se que a assentada responsável pela cooperativa tem dificuldades com a contabilidade e talvez por isso não consiga fazer o trabalho com transparência.
- Uma assentada, com medo da violência da cidade, deixou o marido cuidando do comércio e foi morar com os filhos na roça. Uma das moças se casou, outra estuda à noite na cidade e o rapaz, desmotivado acabou por se envolver com drogas.
- Outra assentada faz pedagogia em escola criada pelo MST com características peculiares para atender às demandas do movimento, mas parece ter dúvidas sobre sua atuação depois de formada.
- A comunidade ainda não conta com a *Ciranda* – pré-escola com características do MST, ou escola noturna para adultos. As crianças vão de ônibus da prefeitura para a escola e quando quebra ficam sem aulas.
- A baixa escolaridade de jovens e adultos, a falta de escola local, a dificuldade em se deslocar para a cidade ou para a escola da Usina Parigot de Souza retarda o andamento do projeto “Todo e Toda Sem Terra Estudando”, dificultando o conhecimento dos subsídios criados para a formação política e ideológica do MST.
- A timidez da militante postergou a liberação da verba para cozinha comunitária, que é o princípio da agroindústria. Ali serão feitas compotas, doces, bolachas e pães com a intenção de fornecer ao PAA¹⁷ através do projeto de 2013, que será elaborado pela FTEMA. Esses produtos poderão ser vendidos nas feiras já frequentadas pela comunidade ou encontros do MST.
- Por não ter ainda legalizada a posse da terra, famílias acabam desistindo e indo embora por vezes desajustando a organização do trabalho.

As dificuldades apresentadas são de ordem estrutural, próprias de um preassentamento, onde ainda não se tem o documento de posse da terra gerando insegurança, mas isso não anula a ideologia da construção de um

¹⁷ “Programa de Aquisição de Alimentos. Uma das ações do Fome Zero, promove acesso a alimentos por populações em situação de insegurança alimentar. Instituído pelo artigo 19 da lei 10.696/2003. Desenvolvido com recursos dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do desenvolvimento agrário (MDA), em parceria com a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, governos estaduais e municipais. O programa beneficia agricultores familiares identificados pelo PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.” Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acessado em 24/03/2012.

mundo justo, onde as riquezas sejam repartidas e o humano e ambiente sejam cuidados e respeitados. Ainda que demore, a formação da consciência se faz ao longo do tempo, participando de seminários e debates promovidos pelo movimento.

IV CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Do que foi apresentado, pode-se inferir que a questão agrária no Brasil permeia a Questão Social, deixando ao longo da história milhões de miseráveis à margem da sociedade e das grandes cidades.

Dessa forma, as relações de trabalho foram marcadas pela exploração e expropriação, levando os trabalhadores a buscarem novas formas de trabalho e geração de renda promovendo um espaço de vivência comunitária diferenciada das vividas anteriormente pelos trabalhadores.

A Economia Solidária se apresenta como alternativa para o MST, porém está sendo gestada dentro do capitalismo gerando diversas contradições. Sendo assim, ainda não pode ser apresentada como contraponto por suas próprias limitações. Entre elas a necessidade de participação do poder público elaborando e implementando leis de incentivo ao desenvolvimento desse modo de produção e desburocratizando o acesso aos programas já existentes.

Deve-se registrar que as relações fraternas desenvolvidas pela comunidade não atingem a perfeição, visto que o humano se apresenta carregado de necessidades e sentimentos que o levam muitas vezes a dificultar as relações ou apenas discordar delas. A venda da produção ainda é um dos entraves para o desenvolvimento econômico pela distância da cidade. Antes da aquisição do caminhão a Comunidade Rio Pequeno teve muitas dificuldades para fazer a entrega quando a CONAB não pode fazer o transporte.

O cotidiano da Comunidade Rio Pequeno é marcado pelas relações solidárias, mas nem sempre o militante consegue exercer seu protagonismo. A comunidade, como preassentamento, ainda não está estruturada. O número de famílias é pequeno e o grupo não está organizado e formado ideologicamente para exercer a militância.

Assim, compreende-se que a organização a partir dos pressupostos da Economia Solidária pode representar uma estratégia importante para o caso da comunidade do Rio Pequeno. Contudo, percebe-se a necessidade de avanços em diferentes campos como:

- Baixa escolaridade com fatores limitantes à elevação de escolaridade para os adultos;

- Dificuldade de acesso ao material de estudo desenvolvido pelo próprio movimento no sentido de promover formação e ampliar às discussões;

Contudo, pode-se verificar o protagonismo das mulheres no que tange a produção. Isso pode ser comprovado em diferentes atividades protagonizado pelas mesmas. O exemplo das hortaliças que são cultivadas pelas mesmas, assim como o convênio com a CONAB, estabelecido por elas. Destaca-se que para assumir a coordenação da FTEMA foi preciso se desprender dos afazeres domésticos e assumir a liderança, participando posteriormente de discussões com o poder público e entidades parceiras para alinhar o projeto de recuperação da mata ciliar e restauro do curso do rio.

As dificuldades encontradas para atender aos anseios da juventude são comuns a outros espaços do MST e levaram a discussões profundas que culminaram na elaboração de programação específica para essa faixa etária, compreendendo o estabelecimento de convênios com universidades, encontros de formação para juventude, rádio comunitária, jornal, espaço cultural em seminários e outros espaços, com discussões contínuas.

As informações recolhidas ao longo da pesquisa servirão de base para assessorar a comunidade em debates a partir dos princípios da Economia Solidária com vistas a uma melhoria na qualidade de vida das famílias do ponto de vista econômico, político e social, levando em conta os princípios assumidos pelo MST a nível nacional e local, identificando no modelo econômico do capital o inimigo comum a ser enfrentado e vencido.

V REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo-evolutivo, práxis e economia solidária. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAGÚ, Sérgio. In: LÖWI. **Economía de La sociedad**. Buenos Aires: Editor El Ateneu, 1949.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva**: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

BOGO, Ademar. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo: Setor de formação do MST, 2005.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CESÁRIO, José. **Estatuto da Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica**. 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2000.

CONCRAB: Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo: Concrab, 1998. (Caderno de *Cooperação Agrícola* n° 5).

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Limite da Propriedade da terra**., Brasília. 2010. (Cartilha).

CORTES, Lucia; SOUZA, Maria Antonia de. **Sociedade e cidadania**: Desafios para o século XXI. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

ENGELMANN, Solange. **Revista: Sem Terra**. Novembro/Dezembro 2005. Ano VIII, n° 33, p. 40.

GAIGER, Luis Inácio, **Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul**. In: SINGER, P. e Souza A. R. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. São Paulo: Vozes, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade e a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MENDONÇA, Maria Luisa; MERLINO, Tatiana. **Direitos Humanos no Brasil 2010**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2010.

MST. **Todo e Toda Sem Terra Estudando**: Jornada de educação. Curitiba, 2006. (Cartilha)

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **Sociedade Brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RI, Neusa Maria Dal. **Economia solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & ciência, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Maria Antonia de. **Movimentos Sociais e Sociedade Civil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

TEIXEIRA, Luiz Monteiro; SILVA, Roberta Maria Lobo da. **Educação e sociedade**: compromisso com o humano. São Paulo: Loyola, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VICENTINO, Claudio. **História Geral**. Volume único. São Paulo: Scipione, 2003.